



Análises e discussões sobre o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), firmado entre Brasil e Estados Unidos, nos respectivos governos de Jair Bolsonaro e Donald Trump, dentro da perspectiva Construtivista das Relações Internacionais

Palavras-Chave: Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, Bolsonaro-Trump, Construtivismo

Autores/as:

Leonardo Prata Alves / IFCH - UNICAMP

Prof. Dr. Valeriano Mendes F. Costa (orientador) / IFCH - UNICAMP

INTRODUÇÃO:

O atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, desde a sua campanha eleitoral, demonstrava admiração ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Em 2017, foi aos EUA, a fim de buscar o apoio do presidente Trump e promover-se junto ao empresariado norte-americano. Fez questão de mostrar-se afim à política econômica do Partido Republicano de Trump e aos pressupostos neoliberais, além de colocar-se como um político engajado na temática do combate ao terrorismo. Em 2019, nos primeiros dias do seu governo, Bolsonaro e o seu chanceler, Ernesto Araújo, deixaram evidente que haveria uma mudança no eixo da Política Externa Brasileira (PEB). Em oposição ao que se havia feito nos governos anteriores de Lula (2003 – 2011) e Dilma Rousseff (2011 – 2016), ou seja, de uma política que valorizava o multilateralismo, as relações com os países do MERCOSUL e com os demais países membros do BRICS (Rússia, China, Índia e África do Sul), a nova orientação seria para a prática das relações bilaterais, principalmente com os Estados Unidos, e o alinhamento ao *trumpismo*, nas esferas multilaterais.

Assim, Bolsonaro redefiniu os “Estados-Parceiros”, optando pelo estreitamento relacional com os EUA. Redefiniu-se também as relações a serem atenuadas, a exemplo do que ocorrera com os estados membros do BRICS, MERCOSUL e UNASUL. Quanto aos “inimigos”, o Brasil que “quase sempre” pautou as suas relações internacionais sob as premissas do *pacifismo* e da *não intervenção*, colocou-se como opositor aos estados que representariam, na visão do governo, ideologias contrárias ao novo “projeto de nação”. Assim, o marxismo cultural, o globalismo e o comunismo foram elencados como responsáveis pela deturpação dos valores morais e cristãos e, conseqüentemente, para Bolsonaro e seu ministro, Ernesto Araújo, os representantes dessas ideologias a serem rechaçadas seriam - Cuba, com o seu comunismo; a Venezuela e a “ditadura” de Nicolás Maduro; e até a Argentina, o maior parceiro comercial do Brasil na América do Sul, passou a ser malvista, a partir da eleição de Alberto Fernández à presidência, por considerá-lo um representante da esquerda, ligado ao *kirchnerismo*.

Especificamente sobre a relação Brasil-EUA, nos governos de Bolsonaro e Trump, constata-se um alinhamento automático, ideológico e desproporcional por parte do Brasil. Não houve reciprocidade por parte do presidente Trump às benesses concedidas por Bolsonaro à nação norte-

americana. A relação constituiu-se sob a admiração unilateral e explícita do presidente Bolsonaro ao líder dos EUA, somada à vontade de desconstruir o legado anterior dos governos *petistas*. Demanda atenção a ausência de pragmatismo do Estado brasileiro em não buscar os *interesses nacionais*, assim como Trump o fez, através da sua política do “*America first*”.

Em março de 2019, o Brasil assinou, em conjunto com os EUA, o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST). Esse acordo, permite ao Brasil lançar foguetes, satélites e demais conteúdos ligados à indústria espacial, e que contenham tecnologias estadunidenses, a partir do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA). Negociado há 20 anos, a assinatura do AST sempre foi objeto de resistência por parte dos políticos, da sociedade civil e dos militares brasileiros, por trazer à tona temas como – soberania; gestão de bens estratégicos; dependência tecnológica; espionagem; sabotagem; desastres ambientais; finalidade bélica; etc. Porém, mesmo diante de histórica resistência que havia perpassado aos governos de FHC, Lula e Dilma, a partir do governo de Michel Temer as negociações do acordo foram retomadas e, logo nos primeiros meses do mandato de Jair Bolsonaro, o AST foi aprovado no Congresso. Motivado pela investigação sobre o acordo (AST), bem como das narrativas antagônicas que o permeiam, desenvolvi esta pesquisa afim de buscar a compreensão dos fatos.

METODOLOGIA:

Utilizou-se da pesquisa bibliográfica e da análise documental sobre o *Acordo de Salvaguardas Tecnológicas* (AST). Priorizou-se a leitura e a análise de artigos científicos; opiniões especializadas; livros da área de Relações Internacionais; e documentos oficiais do Governo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Os argumentos do grupo favorável à adesão do acordo, majoritariamente constituído por apoiadores do governo Bolsonaro, dizem que o Brasil tem muito a ganhar com o AST. Eles apostam no aumento do número de lançamentos espaciais a partir de Alcântara, e no conseqüente estímulo ao desenvolvimento do município e do estado do Maranhão, através da geração de empregos, construções de centros de formação de mão-de-obra especializada, aquecimento da economia e do turismo. Ademais, apontam que o aumento da captação financeira pelo CLA, em função do maior volume de atividades, permitirá avançar com o *Programa Espacial Brasileiro*, viabilizando investimentos na indústria aeroespacial, o desenvolvimento tecnológico e uma maior inserção do Brasil neste bilionário mercado. A argumentação dos benefícios do AST para o Brasil, suposta no incremento das atividades/lançamentos no CLA, sustenta-se pelo fato de que, na atualidade, cerca de 80% dos componentes da indústria espacial são de origem estadunidense e, por isso, não aderir ao acordo restringe as operações do CLA, impedindo o seu potencial de crescimento e viabilidade (PONTES, 2019).

No entanto, para os membros da sociedade brasileira que se posicionaram em contrário à assinatura do acordo, as alegações apontam para os desequilíbrios da relação bilateral. Trata-se, para a denominada “oposição”, de um acordo que gera mais benefícios aos EUA do que ao Brasil. O acordo fere a soberania nacional, segundo o grupo, por alienar partes do território brasileiro, situadas no CLA, ao controle dos EUA - as chamadas *Áreas Restritas*. Além disso, apontam para o risco da *dependência tecnológica* em relação ao desenvolvimento pleno da indústria espacial nacional, devido às restrições impostas por alguns artigos que delimitam o livre-arbítrio no uso dos recursos auferidos nas operações de lançamentos, e também por não prever nenhum mecanismo de transferência de tecnologia norte-americana ao Brasil. O interesse estadunidense de realizar

lançamentos a partir de Alcântara, justificado na localização privilegiada do CLA próximo à linha do Equador, o que resultaria numa economia de cerca de 30% de combustível, e conseqüentemente, na possibilidade de aportar mais carga aos foguetes, para a oposição, trata-se de falácia dos norte-americanos para ocultar interesses outros, como os da prática de espionagem, sabotagem, biopirataria e “neocolonialismo” no Brasil (argumentos referenciados no posicionamento dos deputados Glauber Braga e David Miranda, ambos do PSOL-RJ). Ademais, a oposição destaca alguns entraves do AST em relação ao *livre-arbítrio* brasileiro para a escolha das parcerias, conforme os seus próprios interesses. O acordo obriga o Brasil a permitir que somente empresas estrangeiras que utilizem tecnologia norte-americana possam realizar lançamentos de veículos (foguetes) a partir de Alcântara. Países que não participam do *Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR)*, não poderiam contratar serviços para a realização de lançamentos no CLA. Com isso, importantes *players* como a China, a Índia e a Rússia não poderiam lançar veículos no CLA, por não serem partes no MTCR.

CONCLUSÕES:

No momento, fica difícil afirmar se o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas entre Brasil e Estados Unidos (AST) trará benesses ou prejuízos ao Brasil. Os possíveis resultados decorrentes da sua recente assinatura, em março de 2019, ainda não despontaram. O que temos, por ora, são análises baseadas em expectativas de um porvir. Por parte do governo, de concreto, foi publicado o decreto 10458, de 13 de agosto de 2020, que instituiu a *Comissão de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara* e dispôs sobre o *Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara*, com a finalidade de formalizar as promessas de desenvolvimento tanto do CLA, quanto do município de Alcântara, do estado do Maranhão e de seu entorno, porém, não é possível dizer o que se materializou de fato em consequência deste ato formal. Algumas críticas da oposição, como a de que o AST restringiria o livre-arbítrio brasileiro no que tange ao uso dos recursos captados nas atividades de lançamentos; ou, ainda, a crítica referente à falta de liberdade para a escolha dos países parceiros, não são de todo legítimas. Acordos e instrumentos assinados outrora, anteriores ao AST, como é o caso do MTCR, do TNP, entre outros, já limitaram o livre-exercício do Brasil no uso das suas tecnologias e no desenvolvimento da indústria aeroespacial nacional. Ademais, o Direito Internacional e a adesão às suas normativas; as instituições multilaterais, como a ONU, a OMC, a OMS, a OIT; o modo de inserção dos países subdesenvolvidos e “em desenvolvimento”, como é o caso do Brasil, no contexto de globalização e neoliberalismo; todas essas escolhas supõem um certo enquadramento de condutas e uma *soberania relativa*, delimitadas e ditadas pelos países de maior poderio econômico e bélico (G7, CSNU). Ademais, nota-se a existência de uma disputa de narrativas entre governistas e oposição, pautada por argumentos que, muitas vezes, transcendem a racionalidade e a verdade dos fatos, por estarem desde o início “viciados” por vieses ideológicos concorrentes (Esquerda x Direita).

O Brasil escolheu agradar aos Estados Unidos, através de concessões, sem a exigência de contrapartidas (CASARÕES, 2019). Getúlio Vargas, Juscelino Kubstchek, João Goulart e, até mesmo, Castello Branco, com a sua política de viés “americanista”, todos os presidentes da história brasileira precisaram negociar e atender demandas estadunidenses. No entanto, eles não deixaram de buscar atender aos interesses nacionais brasileiros. Mesmo em tempos recentes, quando tivemos alternância de poder entre dois partidos de espectros opostos, PSDB e PT, a política externa manteve uma continuidade, que é pautada pelo artigo 4º da Constituição Federal da República do Brasil. A singularidade com que Bolsonaro tem conduzido as relações do Brasil com o mundo, apresentando mudanças radicais em relação ao eixo preexistente, deixando a “política independente” à margem, renegando o multilateralismo em detrimento à postura de “servidão” aos

interesses de Donald Trump e à política trumpista, podem ser analisadas sob o prisma da Teoria Construtivista.

O *construtivismo*, através dos seus conceitos e premissas, explica o alinhamento das ações de Bolsonaro à política de Trump. A política externa brasileira, de modo mimético, alinha-se à *política trumpista*, por exemplo, dado ao elemento da *identidade*. Bolsonaro deu alguns exemplos da sua admiração à figura Donald Trump, a ponto de ter sido denominado pela imprensa como uma espécie de “*Trump tupiniquim*”. Quando Trump fez críticas ao *Acordo de Paris*, à Organização Mundial de Saúde (OMS), e quando sinalizou a mudança da Embaixada dos Estados Unidos em Israel, de TelAviv para Jerusalém, Bolsonaro, imediatamente, repetia os mesmos anúncios em nome do Brasil. Ademais, outro componente trazido pelo Construtivismo, que se fez e faz presente em ambos os governos, é a criação das “falsas verdades” (*fake news*). Ambos, Bolsonaro e Trump, têm como estratégias a disseminação de ideias racistas, homofóbicas, misóginas, armamentistas, sinofóbicas, negacionistas e anti-ciência, que são transmitidas e retransmitidas nos meios eletrônicos, em volume e frequência elevadas, a fim de induzir a crença na mentira. Essa estratégia cria uma *intersubjetividade coletiva*, encampando pensamentos minoritários, subjetivos, e os transformando em majoritários (ADLER, 1999). Com este *modus operandi*, Bolsonaro e seus apoiadores disseminaram suas ideias, contestáveis muitas vezes: como a de que o Partido dos Trabalhadores foi responsável exclusivo pela corrupção nacional e pela deturpação dos “valores da família cristã”; a de que o combate à criminalidade se faz com a liberação da compra de armas de fogo; a de que os índios têm muita terra e não exploram o seu potencial econômico; a de que os índios querem ser “civilizados”; e, recentemente, a de que uma eletrônica é fraudável. Foi com argumentos deste tipo, opostos ao que se entendia como racional e aceitável, que Bolsonaro atingiu a *intersubjetividade coletiva* e agradou grupos poderosos - fabricantes de armas, evangélicos, agropecuaristas, mineradores, dentre outros grupos - que, na expectativa de obterem privilégios com as ações de privatização do setor público, isenções fiscais, concessões de canais de televisão, reforma trabalhista, permissão para a exploração econômica da Amazônia, etc., apoiaram a sua candidatura e continuam a dar suporte ao seu mandato. (CASARÕES, 2019).

Vale destacar que Trump e Bolsonaro chegaram ao poder diante de um contexto que lhes favorecia. Crises migratórias expressivas; recessão da economia global; elevado desemprego; e o crescimento da economia chinesa; estes são alguns motivos que deram força à manifestação da “ultradireita” em diversos países do ocidente (onda de direita), que insurgiu a fim de impor uma nova normativa e dar solução aos problemas que se apresentavam. Bolsonaro e Trump fazem parte desta onda e, em uníssono à ultradireita mundial, constroem uma “nova normativa”, sustentada, muitas vezes, por narrativas “míticas”, irracionais até, mas que, no entanto, são pensadas com o objetivo de legitimar as suas ações e o exercício do poder (Kratochwil, 1989 apud NOGUEIRA & MENEZES, 2005).

BIBLIOGRAFIA

- ADLER, Emanuel. 1999. **O Construtivismo no Estudo das Relações Internacionais**. Revista Lua Nova, n.47, pp.201-246.
- BRANCO, G. **O Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis – MTCR**. 8º Seminário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Ministério da Defesa. Brasil, 2011.
- CANDEAS, Alessandro; VIANA P. Benhur. **O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas Brasil-Estados Unidos e o Centro Espacial de Alcântara**. Cadernos de Política Exterior, ano VI, nº 9, FUNAG, 2020. P. 5 – 27.
- CASARÕES, Guilherme. **Perspectivas da Política Externa no Governo Bolsonaro**. Revista Sapientia, n. 35, Ano 08 - Janeiro / Dezembro, 2019. p. 18 – 31.
- CEPIK, Marco. **O Corolário Trump e a América Latina**. Revista Tempo do Mundo, v. 5, n. 1, jan. 2019. p. 242 – 265.
- CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora UNB, 2011.
- FIORI, J. L. **Geopolítica internacional: a nova estratégia imperial dos Estados Unidos**. Saúde Debate, V. 42, N. Especial 3. Rio de Janeiro, 2018. p. 10-17.
- LEITE, Lucas. **Os Dilemas da Política Externa Brasileira na Era Pós-Trump**. Revista Sapientia, n. 38, Ano 09 - Outubro / Dezembro, 2020. p. 17 – 20.
- NOGUEIRA, J. P. & MESSARI, N. 2005. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates**. Rio de Janeiro: Elsevier.
- PONTES, M. et al. **Conhecendo o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas BRASIL e ESTADOS UNIDOS**. MCTIC, Brasil, 2019.
- SILVA, Bruna S.; FELTRIN, Carolina R. **Propriedade Intelectual e Soberania Nacional: Análise do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas entre Brasil e Estados Unidos para o Centro Espacial de Alcântara**. Revista Íandé – Ciências e Humanidades, V. 4, n. 1, São Bernardo do Campo, 2020. p. 22 – 33.
- VASCONCELOS, A. et al. **Aspectos de Proteção da Soberania Nacional no Acordo de Salvaguardas Tecnológicas: uma Perspectiva Comparada entre a Base de Alcântara e o Cosmódromo de Baikonur**. XVI Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional Escola Naval/RJ.
- WENDT, Alexander. **A Anarquia é o que os Estados fazem dela: A Construção Social da Política de Poder**. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 2, n. 3. Dourados, 2013.